



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.829, DE 2025 **(Do Tribunal de Contas da União)**

Altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências . Revoga expressamente a Lei 11.854/2008.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD);

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - Os incisos I e II do art. 2º, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I - Auditor Federal de Controle Externo, de nível superior;

II – Técnico Federal de Controle Externo, de nível superior;

II - O § 2º do art. 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Os cargos efetivos de Auditor Federal de Controle Externo e Técnico Federal de Controle Externo são estruturados em Classes e Padrões, nas diversas áreas de atividade, conforme o Anexo II.

III - Fica acrescido ao art. 2º, o seguinte § 3º:

§ 3º Os cargos da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União são considerados típicos de Estado por exercerem função de caráter nacional essencial ao controle externo da administração pública.

IV – O inciso I do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

I - as funções de confiança (FC) escalonadas de FC-1 a FC-8, nos quantitativos e valores definidos no Anexo III;

.....

V - Fica acrescido ao art. 3º, o seguinte § 3º:

§ 3º A criação das novas funções previstas no inciso I fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

VI - Os artigos 4º, 5º, 6º, 7º e 9º *caput* e parágrafo único, passam a vigorar com a seguinte redação:



média complexidade, bem como auxiliar o Auditor Federal de Controle Externo – Área de Controle Externo no exercício de suas atribuições.

Art. 7º É atribuição do cargo de Técnico Federal de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo o desempenho de atividades administrativas e logísticas de apoio, de média complexidade, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.

.....

Art. 9º O Tribunal de Contas da União especificará, em ato próprio, as atribuições pertinentes a cada cargo de que trata esta Lei, observado o disposto nos arts. 4º, 5º, 6º e 7º.

Parágrafo único. As atribuições pertinentes aos cargos de Auditor Federal de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, Técnico Federal de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo podem ser especificadas, de acordo com o interesse da administração, por especialidade profissional.

VII – Os incisos I e II do art. 10, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10.

I - para o cargo de Auditor Federal de Controle Externo – diploma de conclusão de curso superior ou habilitação legal equivalente;

II - para o cargo de Técnico Federal de Controle Externo – diploma de conclusão de curso superior, podendo ser exigida habilitação legal específica, a critério da administração, conforme definido no edital do concurso;

VIII - O §1º do art. 12, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12.

§ 1º Para o cargo de Técnico Federal de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, durante a primeira etapa, poderá ser exigido exame de habilitação específica, conforme dispuser o edital do concurso.

.....

IX – Ficam acrescidos ao art. 14, os seguintes §§ 4º e 5º



básico, pela Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico, incidente sobre o maior vencimento básico do respectivo cargo, e pela Gratificação de Controle Externo, incidente sobre o vencimento básico do servidor.

I – Os vencimentos básicos de cada cargo da carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União a que se refere o art. 1º da presente Lei serão os especificados no Anexo V, observado o disposto no art. 28 desta Lei; e

II – A Gratificação de Controle Externo, referida no *caput*, passa a ser calculada mediante aplicação de um fator de 0,5 (cinco décimos) para todos os cargos integrantes da carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União a que se refere o art. 1º da presente Lei.

.....

XI - O art. 16 *caput*, e §§ 1º e 2º, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. Aos servidores ocupantes dos cargos de Auditor Federal de Controle Externo, Técnico Federal de Controle Externo e Auxiliar de Controle Externo é devida a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico correspondente ao percentual de, no mínimo 40% (quarenta por cento) e, no máximo 100 % (cem por cento), de acordo com critérios e procedimentos a serem estabelecidos em ato do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O ato a que se refere o *caput* deste artigo, poderá fixar percentuais mínimos e máximos de Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico em razão da avaliação de desempenho funcional e do atingimento de resultados, observada a disponibilidade orçamentária.

§ 2º Até a edição do ato previsto no *caput* deste artigo, a gratificação será paga no percentual mínimo de 40% (quarenta por cento).

XII - Ficam acrescidos ao art. 16, os seguintes §§ 3º, 4º, 5º, 6º e 7º:

§ 3º Os percentuais de Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico terão vigência semestral e resultado do desempenho do servidor observado no semestre anterior, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.



3

atividade, semestralmente;

II - para aposentadorias e pensões concedidas após a entrada em vigor do ato previsto no *caput* deste artigo, pelo percentual médio percebido pelo servidor durante o período de atividade, desconsiderado o período anterior à vigência da referida regulamentação.

§ 7º O ato previsto no *caput* deste artigo deverá observar o limite de acréscimo à remuneração básica dos servidores, assim considerada a remuneração prevista no *caput* do art. 15 desta Lei, em valores que não excedam a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo, desde a vigência desta lei.

XIII - O § 2º do art. 28, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Aos ocupantes do cargo de Auditor Federal de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, especialidade Médico, no desempenho exclusivo dessa atividade, é assegurado optar pela duração de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, observada, nessa hipótese, a tabela de vencimento básico constante do Anexo VI desta Lei.

XIV – Ficam acrescidos os artigos 17-B e 33-A com a seguinte redação:

Art. 17-B. Fica instituída a Indenização por Regime Especial de Dedicção Gerencial – IREDG, a ser concedida exclusivamente aos servidores efetivos da Secretaria do Tribunal de Contas da União investidos em função de confiança.

§ 1º A indenização prevista no *caput* tem por finalidade compensar o desempenho e o acúmulo de múltiplas atribuições, encargos e tarefas diversas, de alta complexidade e responsabilidade institucional, exigidas pelo exercício das funções de confiança e que por sua natureza institucional, demandam do servidor dedicação contínua, com habitual exigência de atuação fora do horário regular de expediente, inclusive em períodos normalmente destinados ao repouso remunerado, como horários noturnos, fúns de semana, feriados e outros intervalos de folga.

§ 2º O valor da indenização prevista neste artigo corresponderá a até 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração bruta mensal do servidor investido em função de



4

II – não poderá ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens de qualquer espécie;

§ 5º O pagamento da indenização prevista neste artigo fica condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, a ser previamente atestada pelo ordenador de despesas do Tribunal.

§ 6º Ato do Presidente do Tribunal de Contas da União disporá sobre as condições específicas, os critérios de elegibilidade e os procedimentos operacionais para a implementação e controle da IREDG.

.....

Art. 33 – A. Os servidores do quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União gozarão, além dos direitos previstos nesta lei, daqueles constantes do Regime Jurídico Único e de outros que, eventualmente, venham a ser criados por lei.

Art. 2º Os cargos de auxiliar de controle externo serão extintos quando ocorrer a sua vacância, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurando-se a seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos.

Parágrafo único: As atividades correspondentes ao cargo auxiliar de controle externo, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.

Art. 3º Para os fins do disposto no inciso II do § 8º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico – GDAE substitui, no que couber, a Gratificação de Desempenho anteriormente vigente, mantendo-se a continuidade jurídica da parcela quanto à sua natureza e finalidade.

Art. 4º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei 10.356, de 27 de dezembro de 2001:

I - inciso III do art. 2º;

II - art. 8º;

III – incisos III, IV e V do art. 10



ANEXO I

QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO (ART. 2º, incisos I e II)

CARGO	QUANTIDADE
Auditor Federal de Controle Externo	1.776
Técnico Federal de Controle Externo	892
Auxiliar de Controle Externo	19
TOTAL	2.687

ANEXO II

ESTRUTURA DA CARREIRA

(ART. 2º, § 2º)

CARGOS	PADRÃO	CLASSE	ÁREAS
Auditor Federal de Controle Externo	13	ESPECIAL	Controle Externo
	12		
	11		
	10		
	9		
	8	B	Apoio Técnico e Administrativo
	7		
	6		
	5		
	4	A	
	3		
	2		

[Handwritten signature]



PL 2829/2025 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 7 de 19

Técnico Federal de Controle Externo	11	B	Controle Externo Apoio Técnico e Administrativo
	10		
	9		
	8		
	7		
	6	A	
	5		
	4		
	3		
	2		
	1		





FC-8	3	8.987,39	9.495,18	9.922,40	10.317,50
FC-7	32	7.614,67	8.044,90	8.406,92	8.743,20
FC-6	156	6.928,31	7.319,76	7.649,15	7.955,11
FC-5	61	6.241,95	6.594,62	6.891,38	7.167,03
FC-4	192	5.286,31	5.584,99	5.836,31	6.069,76
FC-3	297	3.930,84	4.152,93	4.339,81	4.513,41
FC-2	59	2.072,56	2.189,66	2.288,19	2.379,72
FC-1	113	1.554,42	1.642,24	1.716,15	1.784,79
TOTAL	913	-	-	-	-

ANEXO IV
CARGOS EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 01/01/2026	REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 01/01/2027	REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 01/01/2028	REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 01/01/2029
		(EM R\$)	(EM R\$)	(EM R\$)	(EM R\$)
OFICIAL DE GABINETE	14	25.405,86	26.549,12	27.611,08	28.654,78
ASSISTENTE	23	17.878,20	18.682,72	19.430,03	20.164,49
TOTAL	37	-	-	-	-

ANEXO V
(ART. 15, inciso I)

TABELA A: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO COM JORNADA NORMAL					
CARGO: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 01/01/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2029 (EM R\$)
Especial	13	20.794,23	21.729,97	22.599,17	23.453,42
	12	20.061,59	20.964,36	21.802,94	22.627,09



TABELA B: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR FEDERAL DE
CONTROLE EXTERNO COM JORNADA DE 30 HORAS/SEMANA

CARGO: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 01/01/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2029 (EM R\$)
Especial	13	15.595,67	16.297,48	16.949,37	17.590,06
	12	15.046,19	15.723,27	16.352,20	16.970,32
	11	14.705,25	15.366,99	15.981,67	16.585,78
	10	14.372,39	15.019,15	15.619,92	16.210,35
B	9	13.619,36	14.232,23	14.801,52	15.361,02
	8	13.311,44	13.910,45	14.466,87	15.013,72
	7	12.958,10	13.541,21	14.082,86	14.615,19
	6	12.614,27	13.181,91	13.709,19	14.227,40
A	5	11.953,12	12.491,01	12.990,65	13.481,70
	4	11.639,33	12.163,10	12.649,62	13.127,78
	3	11.334,71	11.844,78	12.318,57	12.784,21
	2	11.038,97	11.535,72	11.997,15	12.450,64
	1	9.623,28	10.056,33	10.458,58	10.853,92

TABELA C: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR FEDERAL DE
CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: MÉDICO - 20HORAS/SEMANA

CARGO: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: MÉDICO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 01/01/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2029 (EM R\$)
Especial	13	10.397,11	10.864,98	11.299,58	11.726,71



92f

	1	6.415,52	6.704,22	6.972,39	7.235,95
--	---	----------	----------	----------	----------

TABELA D: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE TÉCNICO FEDERAL DE
CONTROLE EXTERNO COM JORNADA NORMAL

CARGO: TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 01/01/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2029 (EM R\$)
Especial	13	13.057,49	13.645,08	14.190,88	14.727,30
	12	12.591,00	13.157,60	13.683,90	14.201,15
	11	12.263,87	12.815,74	13.328,37	13.832,18
	10	11.946,57	12.484,16	12.983,53	13.474,30
B	9	11.695,92	12.222,24	12.711,13	13.191,61
	8	11.395,70	11.908,50	12.384,84	12.852,99
	7	11.050,61	11.547,89	12.009,81	12.463,78
	6	10.769,65	11.254,28	11.704,45	12.146,88
A	5	10.497,16	10.969,53	11.408,32	11.839,55
	4	10.183,75	10.642,02	11.067,70	11.486,06
	3	9.881,19	10.325,84	10.738,87	11.144,80
	2	9.589,11	10.020,62	10.421,44	10.815,37
	1	8.365,84	8.742,31	9.092,00	9.435,68

TABELA E: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE TÉCNICO FEDERAL DE
CONTROLE EXTERNO – 30 HORAS/SEMANA

CARGO: TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO				
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE	VALOR A PARTIR DE	VALOR A PARTIR DE



A	4	7.637,81	7.981,51	8.300,77	8.614,54
	3	7.410,89	7.744,38	8.054,15	8.358,60
	2	7.191,83	7.515,46	7.816,08	8.111,53
	1	6.274,38	6.556,73	6.819,00	7.076,76

TABELA F: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO COM JORNADA NORMAL

CARGO: AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO					
CLASSE	PADRÃO	VALOR A PARTIR DE 01/01/2026 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2027 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2028 (EM R\$)	VALOR A PARTIR DE 01/01/2029 (EM R\$)
Especial	13	9.346,61	9.767,21	10.157,90	10.541,86
	12	9.014,79	9.420,46	9.797,28	10.167,61
	11	8.743,28	9.136,72	9.502,19	9.861,37
	10	8.527,28	8.911,01	9.267,45	9.617,76
B	9	8.317,79	8.692,09	9.039,78	9.381,48
	8	8.071,34	8.434,55	8.771,94	9.103,51
	7	7.833,47	8.185,98	8.513,42	8.835,22
	6	7.644,83	7.988,85	8.308,40	8.622,46
A	5	7.422,26	7.756,26	8.066,51	8.371,42
	4	7.169,28	7.491,90	7.791,57	8.086,09
	3	6.963,31	7.276,66	7.567,73	7.853,79
	2	6.728,62	7.031,41	7.312,66	7.589,08
	1	5.873,67	6.137,99	6.383,51	6.624,80

TABELA G: VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO – 30 HORAS/SEMANA

CARGO: TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO					
--------------------------------------------	--	--	--	--	--



11
red

PL 2829/2025 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 12 de 19

A	5	5.566,69	5.817,19	6.049,88	6.278,57
	4	5.376,96	5.618,92	5.843,68	6.064,57
	3	5.222,48	5.457,50	5.675,80	5.890,34
	2	5.046,47	5.273,56	5.484,50	5.691,81
	1	4.405,25	4.603,49	4.787,63	4.968,60

[Handwritten signature]



No âmbito dessa modernização, destaca-se, desde logo, a necessidade de atualização das denominações dos cargos que integram a carreira, uma vez que a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, ainda adota as nomenclaturas originais de Analista de Controle Externo e Técnico de Controle Externo. Essas denominações, entretanto, foram formalmente substituídas pela Lei nº 11.950, de 17 de junho de 2009, que passou a designar os cargos, respectivamente, como Auditor Federal de Controle Externo e Técnico Federal de Controle Externo.

Nesse sentido, a presente proposta legislativa dá continuidade ao processo de atualização normativa da carreira e propõe a incorporação definitiva dessas novas denominações ao texto da Lei nº 10.356/2001, de forma a assegurar maior precisão terminológica, aderência à realidade funcional vigente e alinhamento com os padrões adotados para cargos típicos de Estado, notadamente aqueles voltados ao exercício de competências estratégicas nas áreas de controle, fiscalização, auditoria e responsabilização da gestão pública.

A medida visa, ainda, reforçar a identidade institucional da carreira, promovendo maior clareza tanto interna quanto externamente sobre as atribuições dos cargos e sua relevância para o cumprimento das missões constitucionais do TCU, além de conferir coesão normativa e segurança jurídica ao arcabouço legal que estrutura o corpo funcional da instituição.

Além disso, a proposta contempla os pilares listados a seguir:

1. Substituição da Gratificação de Desempenho (GD), pela Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (GDAE).

A reformulação da atual gratificação de desempenho percebida pelos servidores da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União (TCU), com sua substituição pela Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (GDAE), tem por objetivo adequar esse componente remuneratório às exigências e princípios da administração pública contemporânea, especialmente no que tange à eficiência, à meritocracia, à responsabilização e à valorização da entrega de resultados.

A cultura historicamente baseada no esforço individual vem gradualmente dando lugar a uma cultura orientada a resultados. Nesse novo paradigma, não é mais suficiente que os servidores se dediquem ao cumprimento de tarefas: é essencial que suas ações estejam alinhadas à estratégia institucional e contribuam diretamente para a realização da missão do órgão.



objetivos estratégicos do TCU, a UDPA inicia o papel de cada servidor na construção de uma administração pública mais eficiente, transparente e voltada ao interesse público, alinhando-se assim às melhores práticas de gestão pública, à Constituição Federal e aos princípios que regem a atuação do TCU enquanto órgão de controle de referência nacional e internacional.

2. Uniformização dos percentuais da Gratificação de Controle Externo (GCE) para os cargos da Carreira de Especialista do TCU


Consoante ao propósito de modernização da carreira e aperfeiçoamento dos instrumentos de valorização profissional, propõe-se a uniformização dos percentuais da Gratificação de Controle Externo (GCE), incidente sobre o vencimento básico (VB) do servidor, que varia de acordo com o cargo e o nível na carreira. A medida busca assegurar tratamento equânime entre os servidores, reconhecendo de forma justa a contribuição e a relevância de todos os integrantes da carreira. A proposta visa adequar esse componente remuneratório, reforçando o princípio da valorização profissional e fortalecendo a atuação conjunta e integrada dos servidores no cumprimento da missão institucional.

Com essa iniciativa, pretende-se corrigir discrepâncias na estrutura remuneratória, torná-la mais transparente e equitativa, fortalecer a coesão interna da carreira e reafirmar o compromisso da instituição com a eficiência e a valorização de seus servidores.

3. Criação da Indenização por Regime Especial de Dedicação Gerencial (IREDG)

A proposta de criação da Indenização por Regime Especial de Dedicação Gerencial (IREDG) visa reconhecer, de forma justa, objetiva e proporcional, o esforço adicional despendido pelos servidores efetivos da Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU) quando investidos em funções de confiança.

Essas funções são caracterizadas por um alto grau de responsabilidade institucional, complexidade técnica, multiplicidade e acúmulo de atribuições e encargos, além da exigência de dedicação intensificada e disponibilidade permanente. Os servidores em tais posições frequentemente extrapolam os limites ordinários de sua jornada, atuando sem limitação prévia de carga horária, inclusive durante finais de semana, feriados e períodos tradicionalmente destinados ao repouso remunerado, em função das demandas críticas e inadiáveis do órgão.




de Justiça (CNJ), existe a chamada indenização de acervo, destinada aos magistrados que acumulam acervos processuais ou exercem cumulativamente atribuições de outras unidades, em razão de vacâncias ou redistribuições excepcionais. No Ministério Público, a compensação ocorre por meio de indenização pelo acúmulo de ofícios, expressamente reconhecida e aprovada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Já na Defensoria Pública da União, gratificação pelo exercício cumulativo de ofícios é paga em decorrência da Lei nº 14.726/2023.

No Senado Federal, foi recentemente instituída indenização semelhante para ocupantes de determinadas funções comissionadas, destinada a compensar o acúmulo de responsabilidades e a elevada carga de trabalho. Tal medida visa incentivar a assunção de cargos estratégicos e qualificados, assegurando a atratividade desses postos.

Na Polícia Federal, há a previsão do pagamento da indenização por disponibilidade, prevista no art. 5º, inciso III, da LC 89 de 1997, com a redação dada pela Lei nº 14.369/2022, regulamentada para permitir o pagamento ao servidor que, voluntariamente, deixa de usufruir do repouso remunerado e permanece à disposição do serviço, em regime de plantão ou escala. A mesma indenização também é paga no âmbito da Polícia Rodoviária Federal nos termos do art. 1º da Lei 13.712/2018.

Essas experiências demonstram a coerência e legitimidade da criação de instrumentos indenizatórios para reconhecer a dedicação extraordinária de servidores em funções sensíveis, sobretudo quando não há possibilidade de remuneração adicional pelas vias ordinárias, como ocorre com os ocupantes de funções comissionadas no TCU.

A criação da IREDG no âmbito do TCU, portanto, alinha a política de gestão de pessoas da Corte de Contas com práticas modernas e equitativas da Administração Pública Federal, garantindo isonomia institucional e fortalecendo a atratividade das funções de confiança.

Além de valorizar a dedicação e o comprometimento dos servidores com a missão institucional do Tribunal, a medida contribui para a retenção de talentos, a oxigenação dos quadros gerenciais e o aprimoramento contínuo da governança pública.

Em síntese, a criação da IREDG representa um avanço estratégico e necessário, conferindo efetividade à valorização do desempenho gerencial no TCU, de forma transparente, juridicamente segura e alinhada às melhores práticas da Administração Pública contemporânea.

Por fim, vale dizer que a IREDG não será incorporada à remuneração para fins de aposentadoria, o que representa um aspecto fundamental para garantir que não



das atividades exercidas no âmbito da gestão pública. Iai mudança ja foi implementada por outros órgãos de referência institucional, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Poder Judiciário e o Ministério Público da União.

A proposta fundamenta-se, principalmente, nos seguintes aspectos:

- ✓ a complexidade crescente das atribuições desempenhadas pelos ocupantes do cargo, que exige domínio de conhecimentos técnicos, jurídicos, tecnológicos e de gestão pública, compatíveis com a formação de nível superior;
- ✓ a necessidade de compatibilização entre a escolaridade exigida e o nível remuneratório do cargo, promovendo maior equidade interna e coerência funcional com os demais cargos da carreira;
- ✓ o estímulo à valorização profissional e ao desenvolvimento contínuo dos servidores, assegurando maior atratividade e retenção de talentos.

Além disso, a alteração permite que, a depender das demandas futuras do Tribunal, o cargo possa ser provido também por servidores com formações específicas, como Tecnologia da Informação, Relações Internacionais, entre outras áreas estratégicas, ampliando a capacidade institucional de responder a desafios cada vez mais complexos e interdisciplinares no exercício do controle externo.

Com essa medida, pretende-se modernizar o perfil da força de trabalho, alinhando-o às exigências contemporâneas da Administração Pública, e garantindo que os servidores detenham competências técnicas e habilidades atualizadas, aptas a acompanhar os avanços metodológicos, normativos e tecnológicos que impactam diretamente as atividades de fiscalização, auditoria e assessoramento do Tribunal de Contas da União.

5. Exigência de pós-graduação para promoção entre classes na carreira

Com o objetivo de alinhar o desenvolvimento na carreira ao aperfeiçoamento contínuo dos servidores, a proposta estabelece, como requisito para promoções entre classes, a conclusão de cursos de pós-graduação, nos termos a serem definidos em regulamentação específica.

A exigência será aplicável no momento das promoções funcionais entre as classes que compõem a carreira e abrangerá tanto o cargo de Auditor Federal de Controle Externo (AUFCE) quanto o de Técnico Federal de Controle Externo (TEFCE), respeitadas as peculiaridades e complexidades de cada cargo.




6. Reconhecimento da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União como de Estado

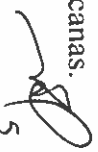
O reconhecimento da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União (TCU) como carreira típica de Estado justifica-se pela natureza estratégica, permanente e indelegável das funções exercidas por seus servidores, diretamente ligadas ao exercício do controle externo da Administração Pública e à preservação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O TCU é um órgão de controle previsto na Constituição Federal (art. 71 e seguintes), incumbido de fiscalizar a execução orçamentária e financeira da União, apreciar as contas do Presidente da República, julgar as contas dos administradores públicos e atuar de forma preventiva e repressiva em relação a irregularidades na gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, os servidores da Carreira de Especialista desempenham funções essenciais ao funcionamento do Estado, pois são responsáveis por realizar auditorias, inspeções, levantamentos, análises jurídicas e técnicas, elaboração de pareceres, fiscalização de políticas públicas, monitoramento de contratos e convênios, entre outras atividades cruciais ao controle e à transparência da administração pública.

A atuação desses servidores, notadamente dos Auditores Federais de Controle Externo, equipara-se, em grau de responsabilidade e impacto institucional, à de carreiras já reconhecidas como típicas de Estado, como as da Magistratura, do Ministério Público, da Receita Federal, da Advocacia Pública e das Polícias. O mesmo se aplica aos Técnicos Federais de Controle Externo, que prestam apoio técnico altamente qualificado às atividades finalísticas, sendo parte integrante e indispensável do sistema de controle.

Além disso, os servidores dessa carreira não atuam em nome de interesses individuais, setoriais ou corporativos, mas sim em nome do Estado e da sociedade brasileira, exercendo competências que não podem ser desempenhadas por particulares ou transferidas à iniciativa privada, em virtude do seu caráter institucional e do dever de isenção, permanência e continuidade administrativa.

O reconhecimento como carreira de Estado proporcionará maior segurança jurídica, previsibilidade institucional e proteção funcional para os servidores que exercem tais atribuições, reforçando os mecanismos de *accountability*, estabilidade institucional e proteção à ordem pública e econômica. Tal reconhecimento, ademais, coaduna-se com os princípios da valorização do serviço público, da profissionalização da administração pública e da meritocracia, essenciais ao fortalecimento das instituições republicanas.


5



Atualmente, constata-se que servidores que desempenham atividades de igual complexidade, responsabilidade e relevância institucional estão alocados em funções de confiança de níveis distintos, o que gera desequilíbrios na distribuição interna dessas funções e compromete os princípios da isonomia, da eficiência administrativa e da valorização do servidor público.

Com vistas a sanar essas distorções, propõe-se a transformação de funções de confiança atualmente existentes, observando-se os quantitativos e valores definidos no Anexo III. Essas transformações **não implicam aumento do número total de funções, que permanecem 913**, mas apenas sua redistribuição e transformação entre os diferentes níveis (FC-1 a FC-8), de modo a refletir com maior fidelidade a hierarquia, as atribuições e o grau de responsabilidade de cada posto de trabalho.

As alterações estruturais incluem:

- Transformação de 3 funções de confiança atualmente classificadas como FC-6 em FC-8, a serem destinadas aos Secretários-Gerais, em reconhecimento ao papel estratégico e de elevada responsabilidade que exercem na coordenação das atividades vinculadas à alta gestão do Tribunal;
- Transformação de 32 funções de confiança atualmente classificadas como FC-5 em funções FC-7, atribuídas a Chefes de Gabinete de Ministros, da Presidência, do Ministério Público junto ao TCU, bem como de secretarias especializadas como SecexContas, SecexDesenvolvimento, SecexEnergia, entre outras;
- Transformação de 156 funções de confiança atualmente classificadas como FC-5 em funções FC-6, distribuídas entre unidades da Presidência, Vice-Presidência, Segedam, Segepres, Segecex e nos gabinetes de autoridades, assegurando correspondência mais justa entre as responsabilidades exercidas e a respectiva retribuição.
- Transformação de 26 funções de confiança atualmente classificadas como FC-3 em funções FC-5, distribuídas para os servidores designados para representar o TCU nos Estados.

Com essa reclassificação, busca-se promover maior coerência e transparência na estrutura de funções do Tribunal, fortalecendo a meritocracia e valorizando os servidores que ocupam posições de liderança técnica e de assessoramento estratégico. Trata-se, portanto, de medida que contribui para a profissionalização da gestão.

A proposta contempla, por fim, o acréscimo de nove cargos em comissão de Assistente de Gabinete, sendo um para cada Ministro Titular do TCU para atuação



A proposta propõe revogar expressamente a Lei nº 11.854, de 15 de dezembro de 2008, norma que promoveu o acréscimo de um cargo ao quadro de Ministros Substitutos do Tribunal de Contas da União (TCU), totalizando, à época, quatro cargos dessa natureza.

A revogação fundamenta-se na necessidade de restaurar o quantitativo originalmente previsto no art. 77 da Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992) que estabelece o número de três Ministros Substitutos. O retorno a esse número visa promover o equilíbrio institucional, a racionalização da estrutura organizacional do Tribunal e a compatibilidade com as necessidades atuais de funcionamento da Corte.

Além disso, vale mencionar que nos últimos anos, a carga de trabalho entre os Ministros Titulares e os Ministros Substitutos foi redistribuída de forma mais eficiente e equilibrada, como resultado de melhorias operacionais e do aperfeiçoamento dos fluxos processuais e administrativos do Tribunal. A proposta, portanto, alinha-se aos princípios da eficiência e da economicidade, ao mesmo tempo em que promove o aperfeiçoamento da gestão institucional.

Trata-se, assim, de uma iniciativa oportuna e tecnicamente justificada, que visa assegurar maior racionalidade na estrutura de pessoal da Corte, ao mesmo tempo em que fortalece os fundamentos legais e constitucionais que orientam sua composição.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 10.356, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001-12-27;10356
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-1005;1988
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-12-11;8112
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2019-11-12;103
LEI Nº 11.854, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008.	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008-12-03;11854

FIM DO DOCUMENTO